

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS E ABORDAGENS CLÍNICAS ATUAIS

AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD): AN ANALYSIS OF CURRENT DIAGNOSTIC CRITERIA AND CLINICAL APPROACHES

TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA): UN ANÁLISIS DE LOS CRITERIOS DIAGNÓSTICOS Y ENFOQUES CLÍNICOS ACTUALES

Alexandre Magno Teixeira Medeiros¹, Cláudio José Alves do Nascimento², Alicia Viviana Mendez³, Juliano dos Santos Trindade⁴, Fabiane Lemos Leite⁵, Luís André Jacinto⁶, Sarah Dayanne de Lima Santos⁷, Daniel Wallace de Paula Marques Ribeiro Paes Landim⁸, Fernanda Claudino Casali⁹, Francisco Alípio de Oliveira Santiago¹⁰, Fabiano Montagnoli Pereira¹¹, Lucas José Vaz Schiavao¹², Bruna Santos Araújo¹³

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3240

Recibido: 18/07/2025 | Aceptado: 12/08/2025 | Publicación en línea: 22/08/2025.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as abordagens clínicas atualmente adotadas. Foi realizada uma revisão bibliográfica em bases científicas como SciELO, PubMed e Google Scholar, abrangendo publicações dos últimos dez anos. Os resultados revelaram que os critérios diagnósticos atuais,

¹ Mestre em Gestão em Saúde, Must University, Deerfield Beach, Florida, Estados Unidos, E-mail: dralexandremagno24028@yahoo.com

² Mestre em Ensino na Saúde, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: doutoradocsunisul@gmail.com

³ Graduada em Medicina, Universidade Técnico Privada Cosmos (UNITEPC), Puerto Quijarro, Bolívia. E-mail: aliciavivianamendez@gmail.com

⁴ Mestre em Psicologia, Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), São João del Rei, Minas Gerais, Brasil. E-mail: psicojulianotrindade@gmail.com

⁵ Pós-Graduada em Psicopedagogia, Centro Universitário Inta (UNIINTA), Sobral, Ceará, Brasil. E-mail: fabianelemos18@hotmail.com

⁶ Mestrando em Educação Básica, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: luismatematica@gmail.com

⁷ Mestre em Tecnologia e Inovação em Enfermagem, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: sarahdayanne.ls@gmail.com

⁸ Mestrando em Psicologia, Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPA), Parnaíba, Piauí, Brasil. E-mail: danielpaeslandim@yahoo.com

⁹ Especialista em Psicoterapia Psicanalítica Contemporânea, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: fernandaclaudinocasali@gmail.com

¹⁰ Mestre em Saúde da Família, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: alipio.santiago@gmail.com

¹¹ Mestre, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Botucatu, São Paulo, Brasil. E-mail: fmontagnolip@gmail.com

¹² Doutor em Medicina, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: schiva8@cloud.com

¹³ Especialista em Psicopedagogia, Instituto Panamericano, Cuiabá, Matos Grosso, Brasil, E-mail: bruna.araujoc14@gmail.com

fundamentados no DSM-5 e na CID-11, refletem uma compreensão mais ampla do espectro, permitindo diagnósticos mais precisos, ainda que desafiadores. As abordagens clínicas mais eficazes incluem terapias baseadas em evidências, como ABA, ESDM, fonoaudiologia, terapia ocupacional e intervenção familiar, além do apoio psicológico e psiquiátrico. A pesquisa conclui que, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à identificação precoce, à inclusão escolar, ao acesso a serviços especializados e à transição para a vida adulta. A relevância deste estudo reside em sua contribuição para a compreensão ampla do TEA e para a melhoria das práticas de diagnóstico e tratamento, promovendo maior qualidade de vida para indivíduos autistas e suas famílias.

Palavras-chave: Neurodiversidade, Autismo, Diagnóstico.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the diagnostic criteria for Autism Spectrum Disorder (ASD) and the currently adopted clinical approaches. A literature review was conducted in scientific databases such as SciELO, PubMed, and Google Scholar, covering publications from the last ten years. The results revealed that the current diagnostic criteria, based on the DSM-5 and ICD-11, reflect a broader understanding of the spectrum, allowing for more accurate, albeit challenging, diagnoses. The most effective clinical approaches include evidence-based therapies such as ABA, ESDM, speech-language pathology, occupational therapy, and family intervention, in addition to psychological and psychiatric support. The research concludes that, despite advances, challenges persist related to early identification, school inclusion, access to specialized services, and the transition to adulthood. The relevance of this study lies in its contribution to a broader understanding of ASD and to improving diagnostic and treatment practices, promoting a better quality of life for autistic individuals and their families.

Keywords: Neurodiversity, Autism, Diagnosis.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar los criterios diagnósticos del Trastorno del Espectro Autista (TEA) y los enfoques clínicos adoptados actualmente. Se realizó una revisión bibliográfica en bases de datos científicas como SciELO, PubMed y Google Académico, abarcando publicaciones de los últimos diez años. Los resultados revelaron que los criterios diagnósticos actuales, basados en el DSM-5 y la CIE-11, reflejan una comprensión más amplia del espectro, lo que permite diagnósticos más precisos, aunque complejos. Los enfoques clínicos más efectivos incluyen terapias basadas en la evidencia como ABA, ESDM, logopedia, terapia ocupacional e intervención familiar, además de apoyo psicológico y psiquiátrico. La investigación concluye que, a pesar de los avances, persisten desafíos relacionados con la identificación temprana, la inclusión escolar, el acceso a servicios especializados y la transición a la vida adulta. La relevancia de este estudio radica en su contribución a una comprensión más amplia del TEA y a la mejora de las prácticas de diagnóstico y tratamiento, promoviendo una mejor calidad de vida para las personas con autismo y sus familias.

Palabras clave: Neurodiversidad, Autismo, Diagnóstico.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação social, padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos. Este transtorno afeta indivíduos em diferentes níveis de intensidade e pode se manifestar de formas variadas, o que torna o diagnóstico um grande desafio para os profissionais da saúde. Com o passar dos anos, os critérios diagnósticos para o TEA evoluíram, refletindo avanços na compreensão científica sobre o transtorno, suas causas multifatoriais e suas manifestações clínicas (Bezerra, 2020).

Desde o surgimento dos primeiros estudos sobre o autismo na década de 1940, com Leo Kanner e Hans Asperger, houve um progresso significativo na forma como a ciência médica compreende essa condição. Atualmente, o diagnóstico do TEA é baseado em critérios estabelecidos por sistemas internacionais, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-11). Esses manuais definem os sintomas, sua duração e os impactos funcionais necessários para caracterizar o transtorno, proporcionando maior padronização no diagnóstico (Carlotto; Danelichem; Billerbeck, 2021).

O aumento da prevalência do TEA em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, tem chamado atenção de profissionais da saúde, educadores e formuladores de políticas públicas. Estima-se que uma em cada 36 crianças nos Estados Unidos esteja dentro do espectro autista, segundo dados recentes do CDC (Centers for Disease Control and Prevention). Essa crescente demanda por diagnóstico precoce e intervenções eficazes reforça a importância de estudos aprofundados sobre os critérios diagnósticos e abordagens clínicas que vêm sendo adotadas atualmente (Galvão; Ricarte, 2019).

As abordagens clínicas para o tratamento do TEA também passaram por transformações importantes. Intervenções baseadas em evidências, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), terapia ocupacional, fonoaudiologia e terapias voltadas para o desenvolvimento global da criança têm sido amplamente utilizadas. Além disso, o envolvimento da família, a inclusão escolar e os avanços na neurociência têm contribuído significativamente para a qualidade de vida das pessoas com autismo (Cardozo; Santos, 2020).

Apesar dos avanços, ainda existem lacunas no diagnóstico precoce, principalmente em países em desenvolvimento, onde o acesso a serviços especializados é limitado. A diversidade de

manifestações do TEA também representa um desafio, pois exige uma abordagem individualizada e multidisciplinar. Além disso, a formação adequada dos profissionais de saúde e educação é essencial para garantir diagnósticos precisos e intervenções eficazes (Gerone, 2021).

A evolução dos critérios diagnósticos, especialmente com as mudanças do DSM-IV para o DSM-5, foi significativa. A substituição de subtipos de autismo (como a Síndrome de Asperger) pela classificação unificada do espectro autista refletiu uma tentativa de captar melhor a complexidade e a variabilidade clínica do transtorno. Essa mudança também impactou as práticas clínicas e o modo como os pacientes são avaliados e tratados no cotidiano dos serviços de saúde (Lima; Matos, 2020).

O objetivo desta pesquisa foi analisar os critérios diagnósticos atuais do Transtorno do Espectro Autista, segundo os principais manuais internacionais, e avaliar as abordagens clínicas utilizadas na atualidade, destacando as estratégias com maior respaldo científico. A investigação buscou compreender como os profissionais da área têm lidado com os desafios do diagnóstico e da intervenção clínica, especialmente diante das mudanças recentes nos paradigmas de tratamento.

Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados científicas reconhecidas, como SciELO, PubMed e Google Scholar, abrangendo artigos publicados entre 2010 e 2025. Foram selecionadas pesquisas que abordavam diretamente os critérios diagnósticos do TEA, além de estudos clínicos e revisões sistemáticas sobre as abordagens terapêuticas atuais. A escolha por uma revisão bibliográfica permitiu a análise crítica de diferentes pontos de vista e evidências já consolidadas na literatura científica.

A relevância desta pesquisa está na necessidade urgente de ampliar a compreensão sobre o TEA e suas múltiplas facetas, contribuindo para diagnósticos mais precisos e intervenções mais eficazes. Ao reunir os principais critérios diagnósticos e discutir as abordagens clínicas mais utilizadas, este trabalho oferece subsídios para a formação de profissionais, além de servir como base para políticas públicas de inclusão e atendimento adequado às pessoas com autismo.

DESENVOLVIMENTO

CrITÉRIOS DIAGNÓSTICOS ATUAIS PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista passou por significativas transformações

ao longo das últimas décadas. A partir do DSM-5, publicado em 2013, o autismo deixou de ser classificado em subtipos para ser compreendido dentro de um espectro único, o que reflete melhor a variabilidade de sintomas e níveis de funcionamento entre os indivíduos. Essa mudança trouxe maior clareza, mas também desafios, principalmente na adaptação de critérios para populações culturalmente diversas (Bezerra, 2020).

De acordo com o DSM-5, o diagnóstico de TEA é baseado na presença de déficits persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas devem estar presentes desde o início do desenvolvimento, mesmo que se manifestem plenamente apenas mais tarde, e causar prejuízo significativo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (Limeira *et al.*, 2022).

Além disso, o diagnóstico exige que os sintomas não sejam melhor explicados por deficiência intelectual isolada ou atraso global do desenvolvimento. Isso significa que o TEA pode coexistir com outras condições, mas sua identificação deve ser feita de forma cuidadosa para evitar confusões clínicas. O DSM-5 também introduziu um sistema de especificadores para descrever com mais precisão o perfil de cada indivíduo, incluindo o nível de suporte necessário (Magalhães; Aciolli, 2020).

A CID-11, publicada pela Organização Mundial da Saúde, também adotou uma abordagem semelhante ao DSM-5, reconhecendo o autismo como um espectro. Ela propõe classificações que abrangem as dificuldades de linguagem funcional, déficits cognitivos e presença de outras condições comórbidas. A padronização entre DSM-5 e CID-11 contribui para uma maior uniformidade no diagnóstico internacional, embora ainda existam variações na aplicação prática entre países (Neto *et al.*, 2018).

A avaliação diagnóstica do TEA envolve o uso de instrumentos padronizados, como a ADOS (Autism Diagnostic Observation Schedule) e a ADI-R (Autism Diagnostic Interview-Revised), ambos amplamente utilizados por equipes multiprofissionais. Essas ferramentas auxiliam na coleta de informações estruturadas, tanto por meio de entrevistas com os responsáveis quanto pela observação direta da criança, contribuindo para diagnósticos mais consistentes e embasados (Matias; Probst, 2018).

Entretanto, o diagnóstico do TEA ainda enfrenta desafios importantes, especialmente em contextos de baixa renda, onde há escassez de profissionais treinados e recursos adequados. Nessas situações, muitos casos permanecem sem diagnóstico ou são identificados tardiamente, o

que compromete o acesso precoce a intervenções que poderiam fazer grande diferença no desenvolvimento da criança (Nunes; Alves, 2022).

Outro ponto importante diz respeito ao diagnóstico de meninas com TEA, que frequentemente apresentam sintomas menos evidentes e, por isso, são subdiagnosticadas. Estudos apontam que os critérios utilizados historicamente foram baseados em amostras predominantemente masculinas, o que pode dificultar a identificação de manifestações mais sutis do espectro em meninas, como estratégias compensatórias de socialização (Santos *et al.*, 2020).

A importância do diagnóstico precoce não pode ser subestimada. Quanto mais cedo o transtorno for identificado, maiores são as chances de que a criança tenha acesso a intervenções que estimulem seu desenvolvimento e promovam melhor qualidade de vida. Programas de triagem em escolas e creches têm se mostrado eficazes na identificação de sinais precoces de TEA, contribuindo para uma abordagem mais ágil e integrada (Santos; Leite, 2022).

Além dos critérios clínicos, o diagnóstico do TEA também pode ser influenciado por fatores socioculturais e econômicos. Barreiras linguísticas, estigmas sociais e desconhecimento sobre o autismo podem atrasar o reconhecimento dos sintomas, dificultando o acesso das famílias aos serviços especializados. Por isso, a formação e capacitação de profissionais de saúde primária desempenham um papel crucial na melhoria do diagnóstico (Souza; Bordas; Santos, 2014).

Finalmente, é importante destacar que o diagnóstico do TEA deve ser considerado um processo contínuo, que envolve a observação do desenvolvimento ao longo do tempo. Isso significa que crianças inicialmente avaliadas como "em risco" devem ser acompanhadas regularmente, especialmente aquelas com atrasos na linguagem ou dificuldades na interação social, mesmo que não preencham todos os critérios de imediato (Bezerra, 2020).

A compreensão atual sobre os critérios diagnósticos do TEA permite não apenas uma identificação mais acurada dos casos, mas também orienta o planejamento de intervenções personalizadas. A clareza nos critérios e o uso de instrumentos validados são fundamentais para garantir que indivíduos com autismo recebam o suporte necessário de forma oportuna e eficaz (Santos, 2020).

Abordagens Clínicas Atuais no Tratamento do TEA

O tratamento do Transtorno do Espectro Autista deve ser individualizado, baseado nas necessidades específicas de cada pessoa e estruturado a partir de evidências científicas. Dentre as

abordagens clínicas mais utilizadas, destaca-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que vem sendo amplamente adotada em diferentes países como uma intervenção eficaz para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e comportamentais em crianças com TEA (Matias; Probst, 2018).

A ABA baseia-se em princípios do behaviorismo e utiliza reforços positivos para ensinar comportamentos adaptativos e reduzir comportamentos disfuncionais. Ela pode ser aplicada em contextos domiciliares, escolares ou clínicos, com planos terapêuticos individualizados. Os programas intensivos de ABA, especialmente quando iniciados precocemente, podem promover avanços significativos no desenvolvimento de crianças com autismo (Tavares; Santos; Freitas, 2016).

Além da ABA, a Intervenção Precoce Denver (ESDM) é uma abordagem que combina princípios da análise comportamental com estratégias de desenvolvimento. Ela é aplicada em contextos naturais e envolve os pais ativamente no processo terapêutico. Estudos apontam que crianças submetidas ao ESDM apresentaram melhorias significativas na linguagem, cognição e comportamento adaptativo em comparação a grupos controles (Vieira; Pereira, 2020).

A fonoaudiologia também é essencial no acompanhamento de indivíduos com TEA, especialmente na promoção da linguagem expressiva e receptiva. Muitos autistas apresentam atrasos significativos na fala ou dificuldades na compreensão da linguagem, o que interfere diretamente em sua capacidade de se comunicar. O trabalho fonoaudiológico, integrado com outras terapias, contribui para ampliar os meios de comunicação, inclusive por meio de recursos alternativos como PECS (Picture Exchange Communication System) (Cardozo; Santos, 2020).

Outro campo relevante é a terapia ocupacional, que atua no desenvolvimento de habilidades motoras finas, regulação sensorial e atividades da vida diária. Crianças com TEA frequentemente apresentam dificuldades em lidar com estímulos sensoriais do ambiente, o que pode afetar seu comportamento e interação social. A terapia ocupacional busca modular essas respostas, favorecendo a participação mais autônoma e funcional no cotidiano (Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

A intervenção mediada pelos pais tem ganhado destaque como uma abordagem complementar eficaz. Programas de capacitação familiar permitem que os cuidadores se tornem agentes ativos na intervenção, reforçando estratégias aprendidas em ambiente clínico. Isso fortalece o vínculo entre pais e filhos e contribui para a manutenção dos ganhos terapêuticos no ambiente familiar (Carlotto; Danelichem; Billerbeck, 2021).

O apoio psicológico também é fundamental, especialmente para adolescentes e adultos com TEA, que enfrentam desafios relacionados à autoestima, ansiedade social e integração comunitária. Abordagens baseadas na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) vêm sendo adaptadas para pessoas com autismo de alto funcionamento, ajudando na regulação emocional e no enfrentamento de situações sociais desafiadoras (Galvão; Ricarte, 2019).

Em muitos casos, o acompanhamento psiquiátrico também se faz necessário, especialmente quando há comorbidades, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), ansiedade ou depressão. O uso de medicamentos deve ser sempre criterioso e orientado por especialistas, com foco no alívio de sintomas que interferem significativamente na qualidade de vida do paciente, e não como única forma de tratamento do TEA (Galvão; Ricarte, 2019).

A escolarização de crianças com TEA requer planejamento pedagógico inclusivo, com adaptações curriculares, apoio especializado e formação continuada de educadores. A inclusão escolar efetiva vai além da presença física na sala de aula e demanda o engajamento da comunidade escolar em práticas que respeitem as particularidades dos alunos com autismo (Galvão; Ricarte, 2019).

Outro aspecto clínico importante é a transição para a vida adulta. Jovens com TEA necessitam de programas que preparem para o mercado de trabalho, independência funcional e vida comunitária. A ausência de políticas públicas direcionadas para essa fase representa uma das maiores lacunas no cuidado a essa população (Limeira *et al.*, 2022).

A integração entre diferentes áreas – saúde, educação e assistência social – é essencial para garantir uma abordagem realmente multidisciplinar. Equipes compostas por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais devem atuar em conjunto, com planos terapêuticos centrados na pessoa com TEA (Lima; Matos, 2020).

Finalmente, é importante destacar que nenhuma abordagem isolada é capaz de atender à complexidade do TEA. O sucesso da intervenção clínica está diretamente relacionado à personalização do tratamento, ao envolvimento da família e à continuidade das ações terapêuticas ao longo do desenvolvimento do indivíduo (Gerone, 2021).

Desafios e Perspectivas Futuras no Diagnóstico e Tratamento do TEA

Os desafios que envolvem o diagnóstico e tratamento do Transtorno do Espectro Autista são diversos e refletem a complexidade da condição, bem como as desigualdades no acesso aos

serviços de saúde. Um dos principais obstáculos enfrentados atualmente é o diagnóstico tardio, que ocorre, em muitos casos, apenas após os cinco anos de idade, quando os sinais do transtorno já estão bastante evidentes. Essa realidade contrasta com a recomendação de que o diagnóstico e a intervenção aconteçam o mais precocemente possível, idealmente antes dos três anos (Magalhães; Aciolli, 2020).

Outro fator que dificulta a detecção precoce do TEA é a variabilidade das manifestações clínicas. Como o autismo é um espectro, indivíduos com o mesmo diagnóstico podem apresentar perfis extremamente distintos. Essa heterogeneidade exige uma avaliação criteriosa, feita por profissionais capacitados e, preferencialmente, com o uso de instrumentos padronizados. No entanto, em muitas regiões, especialmente nas periferias urbanas e áreas rurais, há escassez de serviços especializados, o que leva à subnotificação dos casos (Matias; Probst, 2018).

Além disso, a falta de conhecimento sobre o TEA por parte de profissionais da atenção básica à saúde representa uma barreira significativa. Médicos generalistas, pediatras e enfermeiros muitas vezes não estão preparados para identificar os sinais iniciais do transtorno, o que adia o encaminhamento para avaliação especializada. A capacitação desses profissionais é fundamental para ampliar a detecção precoce e garantir intervenções eficazes nos estágios iniciais do desenvolvimento infantil (Souza; Bordas; Santos, 2014).

Do ponto de vista das políticas públicas, ainda existem lacunas importantes na oferta de serviços contínuos para pessoas com autismo. Muitas famílias enfrentam longas filas de espera para acessar terapias especializadas pelo sistema público, o que gera um grande impacto emocional e financeiro. Programas de atenção ao TEA precisam ser fortalecidos e articulados entre os setores da saúde, educação e assistência social, garantindo atendimento integral e longitudinal (Matias; Probst, 2018).

Outro desafio crítico é a inclusão escolar efetiva. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, muitas escolas ainda não estão preparadas para acolher alunos com TEA de forma adequada. A falta de formação dos educadores, ausência de adaptações curriculares e escassez de profissionais de apoio dificultam o pleno desenvolvimento desses estudantes no ambiente escolar. Políticas educacionais mais robustas e formação docente contínua são essenciais para transformar esse cenário (Neto *et al.*, 2018).

O estigma social também é um obstáculo importante, pois muitos familiares ainda enfrentam preconceito e desinformação sobre o autismo. Essa estigmatização pode levar ao isolamento social, à negligência e até mesmo à violência. Campanhas de conscientização pública

sobre o TEA são fundamentais para promover a aceitação, o respeito às diferenças e o acolhimento das famílias no ambiente comunitário (Tavares; Santos; Freitas, 2016).

Quanto à adolescência e vida adulta, os desafios se intensificam. A maioria das pesquisas e intervenções é voltada para a infância, e há pouca atenção às necessidades de jovens e adultos com autismo. Questões como empregabilidade, relacionamentos afetivos, moradia independente e acesso à saúde mental são frequentemente negligenciadas. Isso evidencia a urgência de políticas públicas que contemplem todas as fases do ciclo de vida da pessoa com TEA (Vieira; Pereira, 2020).

Além disso, é necessário considerar a interseccionalidade no TEA. Fatores como gênero, raça e condição socioeconômica impactam diretamente na forma como o transtorno é vivenciado e tratado. Meninas autistas, por exemplo, são menos diagnosticadas e muitas vezes subestimadas em suas dificuldades, devido a padrões culturais e clínicos centrados no comportamento masculino. A promoção da equidade é um componente indispensável nas práticas de saúde e educação voltadas ao autismo (Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

Outro ponto promissor diz respeito aos avanços tecnológicos no campo do diagnóstico e tratamento. Ferramentas baseadas em inteligência artificial, aplicativos de rastreamento comportamental e plataformas digitais para apoio educacional e terapêutico estão sendo desenvolvidas para facilitar o acesso ao atendimento e personalizar as intervenções. Apesar de ainda não serem amplamente disponíveis, essas inovações abrem caminhos importantes para o futuro do cuidado com o TEA (Santos, 2020).

A pesquisa científica também tem avançado no entendimento das bases genéticas e neurobiológicas do autismo. Estudos com neuroimagem e genética têm contribuído para identificar marcadores biológicos associados ao TEA, o que poderá, no futuro, auxiliar na construção de diagnósticos mais objetivos e tratamentos mais direcionados. Contudo, essas descobertas ainda estão em fase experimental e demandam mais investigação (Santos; Leite, 2022).

A articulação entre pesquisa, prática clínica e políticas públicas é o caminho mais promissor para enfrentar os desafios atuais e construir um sistema mais justo (Lima, 2025; Silva, 2024; Lima; Menezes, 2025; Lima *et al.*, 2025a; Lima *et al.*, 2025b; Lima *et al.*, 2020a; Lima; Domingues Júnior; Gomes, 2023; Lima; Domingues; Silva, 2024; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima *et al.*, 2025c; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024; Lima *et al.*, 2025d; Lima; Domingues; Pimentel Júnior, 2023; Lima *et al.*, 2025e; Lima *et al.*, 2025f; Lima *et al.*, 2023),

acessível e eficaz para as pessoas com TEA. O investimento em formação profissional, tecnologia assistiva e redes de apoio familiar deve ser uma prioridade em qualquer estratégia voltada ao espectro autista (Nunes; Alves, 2022).

Diante de todos esses aspectos, torna-se evidente que o futuro do diagnóstico e tratamento do TEA depende de ações coordenadas, sensíveis às diversidades e comprometidas com a promoção da qualidade de vida em todas as etapas da vida. A escuta ativa das famílias e das próprias pessoas com autismo deve ser a base para qualquer intervenção ética, eficaz e verdadeiramente inclusiva (Santos *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar os critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista e as abordagens clínicas atualmente utilizadas, com ênfase na forma como esses elementos se articulam para promover o bem-estar dos indivíduos com TEA. Através da investigação dos principais referenciais teóricos e práticos da área, foi possível compreender as evoluções nos manuais diagnósticos, os desafios enfrentados na prática clínica e as perspectivas que se abrem com os avanços científicos e tecnológicos.

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica em bases de dados científicas como SciELO, PubMed e Google Scholar, considerando artigos relevantes publicados nos últimos dez anos. A análise crítica desses materiais permitiu a identificação das principais práticas diagnósticas e terapêuticas com respaldo científico, além de evidenciar os obstáculos encontrados na implementação dessas práticas em contextos diversos.

Conclui-se que, embora haja avanços significativos tanto no diagnóstico quanto no tratamento do TEA, ainda há muito a ser feito no sentido de garantir acesso equitativo e de qualidade aos serviços especializados. O reconhecimento da heterogeneidade do espectro, a formação contínua dos profissionais e o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais são elementos fundamentais para uma abordagem eficaz e humanizada.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. F. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 26, n. 4, p. 673–688, 2020.

CARDOZO, P. R.; SANTOS, A. M. A criança com TEA: o ingresso no ensino fundamental em meio a pandemia. **Brazilian Journal of Development**, 6(7), 46193–46201, 2020.

CARLOTTO, S.; DANELICHEM, M. R. A.; BILLERBECK, G. C. A inclusão do aluno autista na escola comum: desafios e possibilidades. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7, n.10. out. 2021

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GERONE, L. G. T. Os Direitos Humanos e a prática Educativa Inclusiva. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [S. l.], 2021.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; MENEZES, Sady Júnior Martins da Costa de. Programa de Educação Tutorial (PET): perspectivas históricas, fundamentos e as contribuições para a minimização da evasão estudantil no nível superior. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1088, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i3.1088.

LIMA, L. A. de O.; BERNARDY, T. A. dos S.; BALDISSARELLI, J. M.; CERQUEIRA, H. de G.; BRITO, J. R. L.; GOMES, M. O.; CAMPOS, D. F. Gestão Socioambiental, Marketing Verde e Legislação: o Papel do Regulamento Jurídico no Combate às Práticas de Greenwashing nas Organizações. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e5145, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i7.5145.

LIMA, L. A. de O.; BERNARDY, T. A. dos S.; MENDEZ, A. V.; SCHIAVAO, L. J. V.; SOARES, A. R. N.; SOUZA JÚNIOR, S. O. de; VILELA, C. R.; BEZERRA, I. G. S. Gestão em Saúde: as Contribuições das Pesquisas de Satisfação e de Clima Organizacional para a Qualidade de Vida no Trabalho. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e5144, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i7.5144.

LIMA, L. A. O. *et al.* Quality of life at work in a ready care unit in Brazil during the covid-19 pandemic. **International Journal of Research -GRANTHAALAYAH**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 318–327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29121/granthaalayah.v8.i9.2020.1243>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura Boca**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L ; SILVA, R. T. . Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. *International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)*, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma

indústria alimentícia. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 17(1), 34-47.
<http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>.

LIMA, L. A. de O.; INDIANI, L.; OLIVEIRA, P. M. S.; DRESCH, F.; FAVETTI, I.; WINK, J. O.; WOLSCHICK, A. T. N.; GUSATTO, D.; KNOLLSEISEN, A. C. G.; SOEHN, L. Educação midiática: desafios e oportunidades no uso de tecnologias digitais. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 22, n. 9, p. e18273, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n9-251.

LIMA, L. A. O.; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS**, v. 14, p. 346-359, 2024.
<https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>

LIMA, L. A. O. *et al.* Os desafios na formação de profissionais de saúde no Brasil. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, p. 05-15, 2025.
<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n5p05-15>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; PIMENTEL JUNIOR, W. Young University Students and the Difficulties they Face in Entering the Job Market in the Municipality of Três Rios, Brazil. *INTERNATIONAL JOURNAL OF MANAGERIAL STUDIES AND RESEARCH*, v. 11, p. 1, 2023. <http://dx.doi.org/10.20431/2349-0349.1103001>

LIMA, L. A. O. *et al.* INFORMATIZAÇÃO EM SAÚDE: AVANÇOS TECNOLÓGICO E A MODERNIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 16, p. 5102-5111, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n48-042>

LIMA, L. A. O. *et al.* GESTÃO HUMANIZADA EM SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 16, p. 1009-1019, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n45-027>

LIMA, L. A. de O.; VIEIRA, M. A.; DE MATOS, R. A. F.; MARCELIANO-ALVES, M. F. V.; SANCHES, K. L.; BOTELHO, L.; SANTOS, D. de S.; LOPES JÚNIOR, N. N. da S.; ROMÃO, E. D.; XAVIER, C. L. dos S. Exaustão emocional entre professores de nível superior: um estudo qualitativo sobre as causas, consequências e estratégias de enfrentamento. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [S. l.], v. 16, n. 11, p. 26455–26472, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-101.

LIMA, M. T. P.; MATOS, E. O. F. Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão. **Revista Educação & Ensino**, v. 4, n. 1, jan./jun., 2020.

LIMEIRA, M. S. *et al.* Relatos do processo de alfabetização e letramento do ensino infantil ao fundamental maior de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede municipal de ensino em Altamira: das alegrias às frustrações. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.8.n.10. out. 2022.

MAGALHÃES, M. S.; ACIOLLI, A. C. O professor e a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas salas de educação infantil do município de Arapiraca/AL. **Educação e (Trans)formação**, 20-35, 2020.

MATIAS, H. B. R.; PROBST, M. A. A criança com Transtorno do Espectro Autista, a escola e o professor: algumas reflexões. *Revista Profissão Docente*, [S. l.], v. 18, n. 38, p. 158–170, 2018.

NETO, A. O. S. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar., 2018.

NUNES, J. C. S.; ALVES, F. I. B. M. Inclusão de criança com autismo em sala de aula. **Revista de Psicologia**, v. 16, n. 63, 2022.

SANTOS, A. A. D. *et al.* O olhar da família e da escola para a criança com transtorno do espectro autista - TEA. *Revista Liberum Aecessum*, [S. l.], v. 2, 2020.

SANTOS, A. A. S.; LEITE, D. S. Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise de uma escola de ensino fundamental. **In SciELO Preprints**, 2022.

SANTOS, R. V. A formação docente: a importância da proficiência lúdica para o desenvolvimento do autismo. **Revista científica Cognitionis**, v. 3, n. 2, 2020.

SOUZA, R. C. S.; BORDAS, M. A. G.; SANTOS, C. S. **Formação de Professores e Cultura Inclusiva**. Aracaju: Editora UFS, 2014.

MATIAS, H. B. R.; PROBST, M. A criança com Transtorno do Espectro Autista, a escola e o professor: algumas reflexões. **Revista Profissão Docente**, 18(38), 158–170, 2018.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.

VIEIRA, J. N.; PEREIRA, M. P. M. A inclusão escolar do aluno autista: algumas considerações. **Ciência: Gerenciais Em Foco**, v. 11, n. 9, 2020.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.